

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE DIREITO**

A LITERATURA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: A BUSCA POR
UM DIREITO MACUNAÍMICO

RAPHAEL YANES MARTINHO

RIO DE JANEIRO
2021.2

RAPHAEL YANES MARTINHO

A LITERATURA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: A BUSCA POR UM
DIREITO MACUNAÍMICO

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação da Professora Dra. **Juliana Neuenschwander Magalhães**.

Rio de Janeiro

2021.2

RAPHAEL YANES MARTINHO

**A LITERATURA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: A BUSCA POR UM DIREITO
MACUNAÍMICO**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação da Professora Dra. Juliana Neuenschwander Magalhães

Data da Aprovação: 21/03/2022

Banca Examinadora:

Orientador

Membro da Banca

Membro da Banca

Rio de Janeiro

2021.2



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
Faculdade Nacional de Direito
Coordenação de Monografia

ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

DATA DA APRESENTAÇÃO: 21/2/2022

Na data supramencionada, a **BANCA EXAMINADORA** integrada pelos (as) professores (as)

1. JULIANA NEUENSCHWANDER MAGALHÃES
2. LUCIANO NUZZO
3. SÁVIO DA SILVA MARTINS DE MELLO

Reuniu-se para examinar o TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC do discente:

NOME DO ALUNO RAPHAEL YANES MARTINHO,

DRE 114191173,

TÍTULO DA MONOGRAFIA: A LITERATURA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: A BUSCA POR UM DIREITO MACUNAÍMICO

APÓS A EXPOSIÇÃO DO TRABALHO DE MONOGRAFIA PELO (A) DISCENTE, ARGUIÇÃO DOS MEMBROS DA BANCA E DELIBERAÇÃO SIGILOSA, FORAM ATRIBUÍDAS AO DISCENTE AS SEGUINTE NOTAS POR EXAMINADOR (A):

	Respeito à Forma (Até 2,0)	Apresentação Oral (Até 2,0)	Conteúdo (Até 5,0)	Atualidade e Relevância (Até 1,0)	TOTAL
Prof. Orientador(a)	2,0	2,0	3,0	1,0	8,0
Prof. Membro 01	1,0	2,0	3,0	1,0	7,0
Prof. Membro 02	2,0	2,0	4,0	1,0	9,0
Prof. Membro 03					
<i>OBS: Professor Orientador tem prerrogativa de referendar as notas dos membros da BANCA EXAMINADORA assinando por todos.</i>					MÉDIA FINAL 8,0

Assinatura do PROF. ORIENTADOR (A): _____  _____ NOTA: 8,0

Assinatura PROF. MEMBRO 01: _____ NOTA: 7,0

Assinatura PROF. MEMBRO 02: _____ NOTA: 9,0

MÉDIA FINAL (MONOGRAFIA JURÍDICA III): 8,0

CIP - Catalogação na Publicação

YM3851 Yanes Martinho, Raphael
A Literatura nas Ciências Sociais: A Busca por
um Direito Macunaímico / Raphael Yanes Martinho. --
Rio de Janeiro, 2022.
60 f.

Orientador: Juliana Neuenschwander Magalhães.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
Nacional de Direito, Bacharel em Direito, 2022.

1. Literatura. 2. Direito. 3. Caráter. 4.
Nacionalidade. I. Neuenschwander Magalhães,
Juliana, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

À Professora Juliana, orientadora desta monografia, pelo apoio e por ter me aceitado como orientando no desafio final da graduação em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mas não apenas por isso, também pelas aulas brilhantes de Direito e Literatura que fizeram meus olhos brilharem mais uma vez pelo mundo literário, social e antropológico.

Ao Luiz Felipe por ser incansável em demonstrar amizade e atenção. Pelo inabalável otimismo em todos os prismas da vida, mas principalmente o de querer um mundo feliz para todos.

Ao meu pai, por ser quem ele é, por sua inteligência autodidata encantadora e -por vezes- salvadora, e por todo o suor que correu por seu rosto para que toda a família alcançasse voos mais altos que o dele próprio.

À minha avó, Vilma, por todos os colos doados na infância, por todas as músicas cantadas, por todos os quitutes, por todos os desejos que foram realizados com sua ajuda, e por todo o monumental esforço feito mesmo quando as maiores dificuldades do mundo se apresentaram e, ainda assim, conseguiu se impor e vencer as inúmeras adversidades da vida.

Ao meu avô, Vicente (IN MEMORIAM), por me ensinar o que nenhum poeta conseguiu definir: o que é o amor. Sinto saudades dos seus abraços matutinos todos os dias.

Ao meu irmão Pedro por me lembrar constantemente que precisamos, apesar da seriedade adulta, dar risada para nos trazer leveza interior.

Ao meu irmão Aquerman por me trazer objetividade na prolixidade e por me mostrar sempre que apesar das estatísticas a filosofia por vezes não explica de onde viemos e para onde vamos e que os números são grandes amigos.

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia de conclusão de curso à minha mãe que nunca desistiu de mim.

Dedico esta monografia de conclusão de curso à minha mãe que nunca desiste de mim.

Dedico esta monografia de conclusão de curso à minha mãe que nunca desistirá de mim.

À minha mãe dedico, para além desta monografia, todo o amor que seja possível sentir em cada átomo da minha existência.

***"O BRASIL É UMA REPÚBLICA
FEDERATIVA CHEIA DE ÁRVORES
E DE GENTE DIZENDO ADEUS"***

(Oswald de Andrade)

RESUMO

A análise apresentada se faz necessária para o entendimento da Literatura e do Direito, fazendo com que os dois segmentos possam se unir e trabalhar em prol de uma sociedade que pouco consegue utilizar de suas culturas e seus costumes dentro das problemáticas do dia a dia, trazendo assim sua defesa com seus argumentos que se baseiam nas suas histórias e valores. É importante ressaltar como as descrições do campo literário e jurídico apontam para uma união fundamental e urgente no que tange a melhoria para uma nação que precisa evoluir em sua história, se encontrando com suas próprias memórias e se aceitando com seus padrões e suas nacionalidades. A história de Macunaíma oferece uma análise bem avançada desses valores e aborda questionamentos eficazes que tratam de características da sociedade com a qual é repetida por padrões de outras nações e que sem perceberem se esquecem dos seus costumes e não valorizam suas crenças. Além disso, o estudo recorda o movimento modernista e sua importância dentro dessas problemáticas, também ressaltando a antropofagia que se utiliza de métodos que tornaram o avanço desse pensamento mais claro, rápido e concreto. O objetivo do trabalho é trazer a busca da nacionalidade do país, apresentando a relação da Literatura e o Direito como instrumentos fundamentais para esse avanço da cultura do Brasil. A metodologia do trabalho é realizada mediante as pesquisas bibliográficas, o que são vistas como análises qualitativas, já que comprovam e argumentam com base em estudiosos dos casos, historiadores e filósofos a partir de documentos, artigos e publicações.

Palavras-chave: Literatura; Direito; Caráter; Nacionalidade.

ABSTRACT

The analysis presented is necessary for the understanding of Literature and Law, making the two segments able to unite and work in favor of a society that little can use its cultures and customs within the problems of everyday life, bringing thus their defense with their arguments that are based on their stories and values. It is important to emphasize how the descriptions of the literary and legal field point to a fundamental and urgent union regarding the improvement for a nation that needs to evolve in its history, meeting its own memories and accepting itself with its standards and its nationalities. The history of Macunaíma offers a very advanced analysis of these values and addresses effective questions that deal with characteristics of the society with which it is repeated by the standards of other nations, and that, without realizing it, forget their customs and do not value their beliefs. In addition, the study recalls the modernist movement and its importance within these issues, also highlighting the anthropophagy that uses methods that made the advance of this thought clearer, faster and more concrete. The objective of the work is to bring the search for the country's nationality, presenting the relationship between Literature and Law as fundamental instruments for this advance of Brazilian culture. The methodology of the work is carried out through bibliographic research, which are seen as qualitative analyses, as they prove and argue based on case scholars, historians and philosophers from documents, articles and publications.

Keywords: Literature; Law; Character; Nationality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 A LITERATURA E O DIREITO	15
1.1 Direito e literatura: um diálogo	15
1.2 As características sobre o campo jurídico e o literário	19
1.3 A importância da literatura no Direito	21
2 MACUNAÍMA: UMA RAPSÓDIA	25
2.1 Estudo literário e a rapsódia	25
2.2 A relação do autor com a Semana da Arte Moderna de 1922	30
2.3 A personagem Macunaíma	32
3 A NACIONALIDADE BRASILEIRA	38
3.1 O Movimento Antropófago	39
3.2 O Direito no início do século XX	42
3.3 A relação do trabalho com Macunaíma	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52

INTRODUÇÃO

Sabe-se o quanto o Direito e a Literatura caminham em mundos distintos, contudo da união dos dois surge a proposta de favorecer a evolução da sociedade para que possam trabalhar em conjunto, fazendo com que a ética, a moral e os valores possam estar em comum acordo com uma população que necessita de sua cultura e para tanto poder abordá-la dentro das questões que causam problemas no cotidiano e que o Direito precisa intervir.

Diante dessas afirmações, o livro de Macunaíma, que é o objeto com o qual irá ser tratado neste estudo como representação da Literatura, traz em si uma relação com o movimento modernista com o qual acontecia alguns anos após a produção da obra criada por Mário de Andrade.

Contudo, supor que Macunaíma faça alguma relação com questões civis, em uma leitura mais breve seria como dizer que não se fez a leitura, ou até mesmo que não a compreendeu. As ideias que o personagem traz no texto, relatam muitas fases do período em que o Brasil vivia na política, além de apresentar situações como etnias, raças, regionalidade e o caráter nacional como um todo.

Apresentar como a Literatura pode utilizar diversas formas de apontar questões sociais de maneira leve e suave, é a proposta principal do trabalho, pois mesmo com assuntos tão complexos, a obra pode unir o campo literário com o campo jurídico e assim tratar de inquirições com muita determinação, criando argumentos com base para que as pessoas possam se enxergar dentro dos posicionamentos da história.

Candido (2004) ao denominar a importância de ensinar a Literatura, define como proporcionar o contato com um objeto humanizador e por sua vez formativo, pois, assim como a vida, a literatura ensina na medida em que atua, ela educa ao passo que faz viver. Neste viés, ao se analisar desta maneira a Literatura, pode-se notar essa experiência como perigosa, já que pode tratar de situações que instigam sentimentos, tanto bons como ruins, como felicidade e tristeza, raiva e amor, além da aceitação ou a revolta.

Cabe lembrar que o literário aqui presente, atua com a proposta de trazer críticas e assim fazendo com que tanto a população que busca o apoio no Direito, quanto aos trabalhadores

juristas da área, possam solucionar e colaborar com os problemas que surgem diariamente dentro da sociedade. O literário consegue se utilizar da cultura dentro das lendas, tradições e costumes com uma medida mais viável facilitando a compreensão de todos com uma característica bem comum e uma linguagem mais simples que facilita a compreensão.

Já o personagem de Macunaíma no livro, é um brasileiro bem diferente dos padrões normais que a sociedade impõe, sendo considerado com um caráter bem duvidoso, além de agir de maneira egoísta e hostil em diversos momentos no texto. Porém, este mesmo personagem, traz indagações e uma visão ampla que a nação não consegue perceber, por estar se enquadrando dentro de padrões de outras nações.

O objetivo geral do estudo é exatamente apresentar e descrever a relação entre a nacionalidade brasileira fazendo com que a população possa se encontrar dentro de sua própria cultura e com isso questionar padrões e regras vindos de outras nacionalidades que infelizmente foram internalizados no país, além de abordar um caráter indefinido pela maioria já que acaba seguindo o que lhe é imposto sem questionamentos.

Os objetivos específicos buscam em analisar a Literatura e o Direito, trazendo uma relação entre os dois e assim tornar esse elo um laço muito importante para que as questões problemáticas no país possam ser resolvidas com mais facilidade e aceitação de um povo com suas culturas e valores.

Sendo assim, o estudo é composto pela introdução que está sendo descrita, os três capítulos com os quais iremos relatar a seguir, além da conclusão e as referências bibliográficas que servem como base para um trabalho rico com argumentos de teóricos embasados no assunto de maneira clara, lógica e eficiente.

O capítulo I (um), se inicia trazendo uma definição breve da Literatura e do Direito, após ele retrata, em seus subtítulos, as duas vertentes como conteúdo principal, apresentando suas características e logo após a importância dos dois segmentos, e mais do que isso a funcionalidade dos dois conceitos.

Já no capítulo II (dois), é apresentado uma análise do livro com qual se segue a referência base para o estudo, descrevendo seus elementos narrativos, o gênero textual com o

qual foi utilizado, a rapsódia. Depois é apresentado na sequência a Semana da Arte Moderna, um movimento com o qual foi o ápice para os textos que eram produzidos com a mesma finalidade de Macunaíma. Assim segue-se uma arguição bem descritiva do personagem e como ele é visto pela sociedade, apresentando também sua visão crítica pelo mundo e seu tipo de caráter.

Por fim, no capítulo III (três), é retratado a nacionalidade brasileira como um todo, fazendo uma relação com o personagem principal da obra, exibindo posicionamentos do próprio autor sobre o texto produzido. Além disso, é apresentado o surgimento do movimento antropófago, já que é a partir dele que as obras produzidas com a visão de Mário, vão se tornando mais constantes e rotineiras dentro do país. É importante também ressaltar sobre como o Direito era exercido no início do século XX, fazendo assim uma relação entre a concepção, a conduta e o olhar do personagem Macunaíma.

A metodologia do trabalho é uma pesquisa qualitativa com a qual apresenta narrativas e referências bibliográficas de filósofos e estudiosos, com levantamentos de trabalhos, artigos, publicações e documentos relevantes para as definições e conceitos do que busca propor a discussão do tema com uma compreensão aprofundada e mais consolidada.

1 A LITERATURA E O DIREITO

No campo civil, o Direito é uma ideia de direção como norma de conduta social coercitiva incidente sobre toda a nação em que se vive. Sendo assim, esse mecanismo social é considerado uma lei, visto que culturalmente é qualquer ação escrita, determinada por contratos elaborados e estipulados como Constituição que promovem a pacificação da sociedade em si.

Contudo, a Literatura vem sendo recriada de tempos em tempos e vai se alinhando de acordo com o meio, a cultura e a sociedade que a utiliza. Porém, ela nunca deixou de existir e nem muito menos estar presente dentro de um povo. Pode-se dizer que as muitas visões de Literatura não se limitam em serem boas ou ruins, fracas ou curtas, elas simplesmente existem e se tornam parte da história.

Assim, essa união entre o Direito e a Literatura é uma maneira de afrontar a realidade com o que não é visto, somente sentido, pois o Direito defende a moral, a ética, os valores e a política das pessoas, e a Literatura não aborda pessoas, mas sim personagens. Sendo assim, mudar esses paradigmas é um conceito diferenciado, mas não impossível já que pode auxiliar em novas perspectivas para novas soluções dentro do Direito, trazendo uma nova teoria mais clara e concreta.

1.1 Direito e literatura: um diálogo

Ao compreender e utilizar a interdisciplinaridade dentro do Direito e da Literatura, vale ressaltar as visões de teóricos importantes que conseguem unir as duas vertentes que são o objeto de discussão neste capítulo.

Porém, é sabido dizer que desde que o homem precisou criar regras dentro de sua sociedade, foi necessário incluir o campo jurídico dentro da população e por isso, os valores morais e éticos passaram a ser aplicados e a humanidade se ajustou, prevalecendo as leis, com o propósito de sobrevivência e prosperidade.

Ocorre que essas medidas foram necessárias por conta de um posicionamento dos costumes de uma população para se obter o que é certo e o que é errado, e mesmo que esteja

em outro local, cidade, estado ou país, elas seguem o mesmo padrão que é determinado pela disciplina do Direito conforme ressalta Maria Tereza Fonseca Dias:

Deve-se enxergar o Direito como um meio para que as pessoas possam participar e inserir-se na sociedade. O Direito deve ser o instrumento para que os cidadãos sejam atendidos em suas necessidades e resolvam seus problemas de modo consciente.
(DIAS, 2010, p. 51)

Essa denominação reitera a ideia de que a lei é imposta para todos que se encontram em um estado de natureza, ou seja, que são seres humanos. Tal medida se fez essencial dentro da população, já que sem ela não existiria respeito, valores e até mesmo outras maneiras de socialização que somente a humanidade possui.

Assim, a Literatura surge trazendo toda sua imaginação e sentidos apurados de um povo que sonha e que necessita de sonhos e objetivos para seguir dentro da sociedade que cobra e exige tantas regras, leis e determinações. São áreas básicas dentro de uma era tão inteligente e que avança a cada momento, mas vale lembrar que a escrita é o processo de evolução do homem, de seu enriquecimento interior e exterior, cultural e intelectual. O domínio da linguagem é essencial para a o processo de interação com o meio em que vive, para assim poder viver em harmonia e com cidadania.

Nisso, Candido (2002) argumenta que a literatura desperta o interesse pelos elementos contextuais, ou seja, a inteligência da estrutura da obra depende de se saber como o texto se forma a partir de um determinado contexto, o que gera uma “independência dependente” entre estrutura (abordagem científica) e história (função e valor).

Porém diante desses elementos se faz necessário a imaginação, e assim a Literatura foi sendo atribuída como ilusória e fabulosa. Os diversos gêneros narrativos são ficcionais e, portanto, dão a ideia de somente explicar a razão e a maneira com a qual a sociedade surge, sem se atentar o quão importante são para a formação das comunidades, das culturas e das famílias, já que a mesma estimula os sonhos, os desejos e os objetivos, fundamentais na humanização e no sustento do equilíbrio social.

Candido (2004), define então a Literatura como humanizadora o que nos apresenta um viés dentro do Direito quando afirma que:

“[...] o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante.” (Candido, 2004, p.170)

Essa Literatura é a que educa, não nos moldes da educação tradicional, mas com impulsos dentro de uma rotina diária do ser humano, pois os textos literários possibilitam as transformações políticas e sociais da sociedade, trazendo os verdadeiros valores da nação, criando uma direção para se defenderem e conseguirem um apoio com uma escrita e leitura tão complexa e ao mesmo tempo fascinante e excitante.

De acordo com o PCNEM (1999, p.125) “não há linguagem no vazio, seu grande objetivo é a interação, a comunicação com o outro, dentro de um espaço social(...). Diante desta ideia, nota-se uma visão sócio interacionista, onde a linguagem é vista como um processo de interação com o outro, com o meio, em um processo de mediação que conforme Vigostsky afirma que: “Nós nos tornamos nós mesmos através dos outros.” (1989, p.79).

Para se compreender um pouco mais sobre a necessidade da criação do Direito, em uma maneira mais sistemática, com o tempo a humanidade foi passando a criar suas tendências fundamentais em características, que se dividiam basicamente em admiração e aceitação, além de desprezo e recusa. A linguagem age principalmente nessas duas áreas, já que é a partir dela que sentimentos e sensações são emitidos, tanto oralmente quanto que pela escrita.

Essas tendências vão sendo mais aplicadas de acordo com cada pessoa e grupos, o que faz acontecer uma escolha por determinados povos e afinidades, pelos seus pensamentos e ideias, assim surgem os movimentos. Dessa forma, surge o caráter e independente de ser sincero ou não, ele vai sendo lapidado por cada ser humano.

Para tanto, o caráter nacional, é evidenciado pois um povo passa a agir, pensar e viver com determinadas escolhas, sendo elas copiadas de outros locais ou criadas pelo tempo e pela sua história. Dessa maneira o caráter nacional foi então sendo invadido na Literatura tanto

como na crítica, mas também nas atividades de criação. Isso porque no século XIX era construída uma história, marcando uma nacionalidade brasileira. Porém, essa nacionalização acompanha a organização dos europeus, o que de fato não é única e segue o padrão que por vezes se confunde com marcas e expressões desses países.

Leite (1954), afirma que a maior dificuldade para uma explicação coerente do nacionalismo é o fato de apresentar formas e origens muito diversas de acordo com a época e o país em que se manifesta. Atualmente esse fator também é vigente visto que a exaltação das qualidades de um povo, são obrigatoriamente usadas como comparação, o que interfere no crescimento e no avanço desta população, pois inevitavelmente irá tentar se sobrepôr com o outro, buscando igualmente com atos ou práticas.

Todo esse contexto, é fundamental para se comparar dentro da conduta no direito, já que a ideia de caráter nacional se faz presente dentro dos conceitos e ações prerrogativas onde se busca a verdade em valores, morais e éticas. Azevedo (1944), admite que a alma de um povo não é uma “essência eterna” e está sujeita a transformações, embora seja possível encontrar hábitos e tendências mentais “suficientemente persistentes e suficientemente gerais”. Porém, entende-se que o brasileiro ainda existe diversas dificuldades, por conta de fusões mentais e elementos que entraram em sua composição.

Dessa forma, por esses conceitos e visões o caráter nacional seja tão impreciso e incerto, o que dificulta uma classificação e faz com que a Literatura possa colaborar dentro deste processo ajudando a definir um povo que como Leite (1954) afirma:

As ideologias do caráter nacional brasileiro frequentemente representam, portanto, não uma autêntica tomada de consciência de um povo, mas apenas um obstáculo no processo pelo qual uma nação surge entre as outras, ou pelo qual um povo livre surge na história.
(Leite, 1954. p.436)

Nessa convicção é notado a necessidade da Literatura dentro de um caráter de um povo que precisa estar cotidianamente confirmando suas marcas, sua essência, sua história. O Direito precisa deste efeito que é a base para definir qualquer situação e controlar a sociedade dentro dos moldes de estrutura e posicionamento.

Assim, para se acolher esta ideia, a seguir as características tanto do campo jurídico como do campo literário serão descritas para facilitar este entendimento com muita eficácia e eficiência.

1.2 As características sobre o campo jurídico e o literário

Sabe-se que no século XIX ocorreu uma separação dos diversos campos do saber, o que fez cada ciência seguir sua estrutura e assim suas disciplinas com seus métodos e ordenações. Sendo assim, com a Literatura e o Direito não foi diferente, mas como já foi dito anteriormente, essa difusão não implica na importância de uma com a outra e até mesmo se dependerem entre si.

Atualmente existem diversas maneiras de se encontrar esses estudos, tanto nas faculdades de Direito, como em obras literárias referentes do assunto que dão ênfase ao diálogo do Direito com a Literatura, tornando possível a busca por uma interpretação completa do fenômeno social e de seus valores, o que torna a Literatura um grande mecanismo para tal procedimento.

Para isso, compreender e interpretar textos, torna um fundamento essencial dentro da Literatura e assim, Maximiliano (2002), afirma que:

Interpretar é o “ato de explicar, esclarecer, dar o significado do vocábulo, atitude ou gesto, produzir por outras palavras um pensamento exteriorizado; mostrar o sentido verdadeiro de uma expressão; extrair de frase, sentença ou norma, tudo o que na mesma se contém” (MAXIMILIANO, 2002, p. 7)

Dentro deste viés, é fundamental que a interpretação deva estar ligada ao que está no texto, para se valorizar o uso e a escolha das palavras, objetivamente, sem somente ler de acordo com seus valores ou preconceitos e desejos, é preciso estar aberto.

Dessa forma, entende-se que o Direito se encontra na linguagem, ao que define no sentido de mentalidade de expectativas das práticas sociais, podendo ser modificado, mas que fatalmente seguirá um padrão que é constantemente preservado na mente individual de cada cidadão.

Surge então um termo que se denomina pelo nome de “Hermenêutica”, sendo definida por Limongi França como:

Parte da ciência jurídica que tem por objeto o estudo e a sistematização dos processos, que devem ser utilizados para que a interpretação se realize, de modo que o seu escopo seja alcançado da melhor maneira”. E “interpretação” consistiria em “aplicar as regras, que a Hermenêutica perquire e ordena, para o bom entendimento dos textos legais. (FRANÇA, 2009, p. 19).

Já André Franco Montoro, explica com seus argumentos que interpretar “é fixar o verdadeiro sentido e alcance de uma norma jurídica”. Já a Hermenêutica seria “a teoria científica da interpretação” (MONTORO, 2000, p. 369)

Assim, percebe-se que o sentido técnico está na Hermenêutica que necessita da interpretação para estabelecer o sentido e o alcance de uma norma, que determina utilizar-se de aplicação de normas e métodos em processos com princípios, critérios, ordens e orientações.

Por isso a necessidade de se interpretar, o que é algo condizente com a Literatura que ousa e instiga a todo momento por essa constante evolução da criação humana. Utilizar do pensamento e da interpretação é o maior objetivo da mesma.

Contudo, por vezes esse encontro não é livre tanto no campo literário como no jurídico, o que frustra e interfere na evolução da ciência como um todo. A Literatura pode e deve ser um meio de cultura competente para os juristas, já que é necessário que em dadas situações as histórias dos fatos precisem ser bem contadas e não mais que isso, muito bem elaboradas, dissertadas e argumentadas, pois o poder de persuasão precisa ser muito bem aplicado. Além de reescrever a história que um advogado por exemplo produz de seu cliente, ele precisa produzir uma oratória eficaz e apropriada no momento de sua atuação, de modo que convença o juiz e consiga assim almejar seu propósito.

Outra situação dessa abordagem seriam os argumentos e as ideias de intervenções dentro de um debate de um julgamento. Nestas situações ocorre que o juiz pode mudar de opinião e de conduta, mediante ao que foi persuadido e isso se dá mediante aos diversos mecanismos tanto oratórios de uma boa retórica como também o bom uso da Literatura que

pode alcançar a uma narrativa com outra perspectiva e definição por conta de um conjunto de ideias unidas com o mesmo propósito e finalidade.

Desta união Candido (2012) afirma que:

Quando a atividade dos escritores de um dado período se integra em tal sistema, ocorre outro elemento decisivo: a formação de continuidade literária, - espécie de transmissão da tocha entre corredores, que assegura no tempo o movimento conjunto, definindo os lineamentos de um todo. (Candido, 2012, p. 25)

Assim, a proposta é realmente unir e tornar amplo todo o conjunto, fazendo com que se consiga atuar na prática e dentro de um sistema que necessita estar em atual evolução e não mais que isso, precisa estar em conjunto com o todo.

Os exemplos citados acima são mínimos, mas trazem a importância de se unir a Literatura e o Direito, pois concretiza-se a importância de linguagem, interpretação e até mesmo o termo abordado como a Hermenêutica, em que se faz presente no campo jurídico, e como o mesmo precisa estar alinhado com os pontos básicos do literário.

As diversas narrativas que estão presentes dentro da nossa tipologia, enlaçam e se unem para constituírem um imaginário cheio de vínculos da sociedade e da civilização. São obras que falam com a comunidade, com a era, com as várias fases da história de um povo. Oferecem assim tradições e asseguram ao jurídico, valores que se seguem de tempos em tempos e que são abordados dentro dos processos e das diversas varas e jurisdição.

Compreender que tanto o direito, como a literatura utiliza-se de gêneros textuais que abordem a retórica, a significação, a representação e a interpretação literária como prática da sociedade, é compreender também a importância da nossa tipologia que oferece na narrativa, na descritiva, na argumentativa, na explicativa e na injuntiva diversas práticas da nossa sociedade que são o princípio das ferramentas legais dentro da sociedade.

1.3 A importância da literatura no Direito

É sabido dizer como é eficaz a união dos temas abordados pelo simples fato de que a Literatura contribui na formação de uma lei, e até mesmo na sua interpretação, pois a mesma amplia a capacidade de compreensão e de decodificação do que o texto pretende passar. Vale

ressaltar que existem muitos termos diferenciados na área jurídica, porém essa seria mais uma forma de aprofundar os conhecimentos, pois nenhuma palavra perde seu sentido, ela só é recodificada, com uma aplicação mais adequada para o atual momento e local.

Dentro da escrita e da leitura é essencial que em qualquer disciplina ou área se compreenda o que foi lido, interprete-se o texto diante do que compreendeu, para reter as informações que aprendeu na sua leitura. Essa é uma maneira fundamental na boa leitura.

Vilson Leffa (1996, p. 10) argumenta que “ler é, na sua essência, olhar uma coisa e ver outra”, entende-se que descobrindo um texto literário, irá defini-lo a partir de sua história, sua vida, sua essência e o meio em que vive, já que suas experiências irão também interpretar de acordo com seu mundo e sua sociedade, isso se faz presente com sua realidade e isso não poderá ser modificado, a não ser que seja atingido e afetado pela cultura e pelo propósito de conhecer.

No entanto existem duas maneiras de se notar essa influência e transformação da Literatura no Direito. Acontece que diretamente a Literatura instiga a teoria jurídica fazendo com que a prática seja vista como inferências importantes dentro da escrita. Com isso indiretamente o leitor é persuadido na interpretação de textos de direito, visto que isso volta a questão de compreensão de decodificação do leitor, que se codifica com o uso do Direito.

Essa mudança vai sendo internalizada diante dos fundamentos originais de linguagem e leitura. Somente assim é possível perceber que mesmo diante de suas diferenças, elas se completam e precisam estar caminhando juntas.

Acredita-se que a Literatura renova o Direito, visto que o mesmo está em ligação com a realidade e a Literatura libera do convencional, trazendo o imaginário e trabalhando uma crítica mais leve e solta que produz um propósito de atingir o real, porém com suavidade e delicadeza.

É sabido dizer que o direito faz escolhas, esforçando para cumpri-las, em nome da segurança jurídica, já a literatura trabalha com a liberdade para se entregar as imaginações da realidade, e isso faz com que ela possa explorar as possíveis respostas que o jurídico entende

como problema. A literatura utiliza o abstrato e o Direito o concreto, o que torna a Literatura uma diversidade social, mais autônoma sem se preocupar com as normas e leis do Direito.

Também é pertinente argumentar sobre isso já que ao se trabalhar uma narrativa, faz-se o uso dos personagens e no jurídico trabalha-se com a realidade, com pessoas e seres humanos reais, porém esse encontro acontece devido à necessidade de se aplicar um encontro, exemplos, situações rotineiras que se entrelaçam no literário e acontecem na vida real. Essa é mais uma alegação dos fatos e a convicção de que o sujeito pode atuar em qualquer uma das situações.

Vale ressaltar também a grande variedade linguística em que diversos enredos seguem na sua narrativa, o que acolhe a comunidade com o propósito de se fazer realidade dentro de ficções ilusórias. A criatividade e a sensibilidade são pertinentes nas complicações do mundo, o que faz com que muitos juristas percebam esta dinâmica social. E isso ocorre de tal maneira que essa função atua como evidências, análises e percepção de conceitos para as problemáticas do objeto de estudo.

Uma obra literária pode então com essas experiências contribuir para que aconteça a ressignificação jurídica, modificando assim padrões, regras e conceitos até então produzidos pela corporação das equipes de direito. Essa metodologia só surge pelo fato de que muitas obras, passaram a se tornar fontes, documentações importantes que antes de qualquer decisão jurídica passaram a ser inseridas dentro dos estudos da situação em si apresentada, o que interfere em decisões com bases e referências.

Esse é o melhor meio de se explorar a cultura jurídica, pois nesse sentido, diversas composições literárias que tratam de problemáticas, voltam com questões morais, civis e éticas, havendo assim uma união entre as duas, mesmo que de maneira inusitada, mas revelando o que não é dito, mas pensado e valorizado como comportamento e ações.

Contudo, também relacionar os campos literários com outros fenômenos sociais é bastante válido já que enriquece a cultura moderna que atua constantemente dentro de uma dimensão concludente em que o mundo busca cotidianamente.

Um exemplo de exploração jurídica na Literatura, é na obra de Macunaíma com a qual irá ser apresentada no próximo capítulo, com uma análise dessa ficção, que além de tratar o imaginário, relaciona características comuns de muitas pessoas, dentro de só um personagem, tratando de um retrato do período da obra e se utilizando da ilusão e do fantástico de diversos gêneros textuais como lendas e contos para tratar de situações em que o Direito precisa julgar.

Diante de tantos conceitos e afirmações com a ajuda de especialistas e estudiosos do assunto, é fundamental essa intervenção teórica, pois confirma e oferece explicações importantes para essa união entre áreas, já que mesmo nos dias atuais sofre tanto preconceito e repulsa. Por fim, conhecer um pouco de cada uma delas e apresentar uma sequência dos fatos, destaca-se como base para toda dissertação relatada.

2 MACUNAÍMA: UMA RAPSÓDIA

A obra *Macunaíma* foi escrita no ano de 1926, contudo só foi publicada no ano de 1928, por Mário de Andrade, escritor literário do movimento modernista brasileiro. Nesse momento sua produção não alcançou uma grande reprodução, já que naquela época o número de exemplares eram poucos, além da divulgação ser mínima, com poucos críticos e mídias, fazendo com que o próprio autor tivesse que realizar este trabalho.

Os elementos importantes que compõem a obra se destacam pelas lendas, linguagens, tradições, hábitos dos personagens, sem contar com uma gama imensa de variedades linguísticas, retratando diversos neologismos, e o regionalismo que permanece do início ao fim.

Sendo assim, a proposta deste capítulo visa destacar e analisar a obra, mas apresentando um estudo literário com enredo e elementos narrativos importantes que condizem com suas definições e explicações. Além disso, identificar o gênero literário utilizado no texto, a rapsódia e esclarecer com argumentos concretos de alguns teóricos.

Logo após, compreender a importância desta produção com a Semana da Arte Moderna de 1922 é fundamental, pois faz um encontro da necessidade da inovação literária, e há de se levar em conta também a importância da análise da obra, para assim conhecer um pouco mais sobre o personagem principal, a história e não mais que isso, o seu caráter, trazendo essa relação ao primeiro capítulo e dando continuidade ao tema principal do objeto de estudo.

2.1 Estudo literário e a rapsódia

O estudo literário de uma obra surge da necessidade de se conhecer a estrutura da história com detalhes e aprimoramento. Sendo assim, a obra *Macunaíma* possui elementos narrativos interessantes que trazem um desfecho bem enriquecedor, o que torna a composição mais eficiente.

Em sua análise identifica-se o estilo da época que acontece na primeira geração modernista, o tempo da narrativa não é definida, mas certamente ocorre no século XX pela identificação dos personagens e seus estilos. O espaço da obra se inicia na Amazônia e segue

a maior parte em São Paulo, onde Macunaíma vai em busca de seu amuleto perdido, fazendo uma visita ao Rio de Janeiro. O narrador é identificado em terceira pessoa contando a sequência dos fatos.

O personagem principal, ou seja, o protagonista da história é Macunaíma, além dos irmãos, Jiguê (o irmão do meio), Maanape (irmão mais velho), Ci, (a Mãe do Mato, primeira companheira de Macunaíma), Sofará, Iriqui e Suzi (companheiras de Jiguê que se tornam amantes de Macunaíma), Venceslau Pietro Pietra (Piaimã, gigante comedor de gente) considerado como seu antagonista, já que é o maior inimigo de Macunaíma, Ceiuci (Caapora, esposa do gigante) e a Princesa (Última companheira de Macunaíma).

O enredo da história de Macunaíma acontece desde o seu nascimento na Amazônia em uma tribo Tapanhumas, à margem do rio Uraricoera:

No fundo do mato-virgem nasceu Macunaíma, herói de nossa gente. Era preto retinto e filho do medo da noite. Houve um momento em que o silêncio foi tão grande escutando o murmurejo do Uraricoera, que a índia, tapanhumas pariu uma criança feia. Essa criança é que chamaram de Macunaíma.

(ANDRADE, 1928, p.01)

Desde pequeno, mesmo sendo inteligente e esperto, era mentiroso, e já muito sexualizado, também preservava um comportamento muito ruim perante a sociedade, sem bons costumes, e até mesmo em relação com sua mãe, com a qual ludibriava e tratava com desdém. Além disso, era extremamente preguiçoso, fato comprovado quando somente aos seis anos fala sua primeira frase que se torna a marca da produção: “Ai! Que preguiça!”

Quando era pra dormir trepava no macuru pequeninho sempre se esquecendo de mijar. Como a rede da mãe estava por debaixo do berço, o herói mijava quente na velha, espantando os mosquitos bem. Então adormecia sonhando palavras-feias, imoralidades estrambólicas e dava patadas no ar.

(ANDRADE, 1928, p.08)

A história gira em torno da busca da pedra muiiraquitã, sua preciosa pedra verde, que simboliza uma força mágica sobrenatural, e traz uma relação muito especial entre aquele que a tem e as forças que representam. Essa pedra ele ganhara de Ci, sua companheira de longa data, mas que vira uma estrela com a perda do filho ainda criança que tivera com Macunaíma.

Terminada a função a companheira de Macunaíma, toda enfeitada ainda, tirou do colar uma muiraquitã famosa, deu -a pro companheiro e subiu pro céu por um cipó. É lá que Ci vive agora nos trinques passeando, liberta das formigas, toda MACUNAÍMA 38 enfeitada ainda, toda enfeitada de luz, virada numa estrela.
(ANDRADE, 1928, p.38)

Em um dado momento, ele perde sua pedra, em uma de suas fugas de seres folclóricos, e descobre depois que seu amuleto havia parado nas mãos de Venceslau Pietro Pietra, o Piaimã, que vivia em São Paulo, decide ir até lá para reaver o seu amuleto, e assim ganha um inimigo, ou seja, o personagem antagonista da trama.

Quando os manos chegaram da pesca Macunaíma falou pra eles: – Ia andando por um caminho negaceando um catingueiro e vai, presenciei um friúme no costado. Botei a mão e saiu uma lacraia mansa que me falou toda a verdade. Então Macunaíma contou o paradeiro da muiraquitã e disse pros manos que estava disposto a ir em São Paulo procurar esse tal Venceslau Pietro Pietra e retomar o tembetá roubado. – ...e cascavel faça ninho si eu não topo com a muiraquitã! Si vocês venham comigo muito que bem, si não, homem, antes só do que mal acompanhado! Mas eu tenho opinião de sapo e quando encasqueto uma coisa aguento firme no toco. Hei de ir só pra tirar a prosa do passarinho uirapuru, minto! da lacraia. Depois que discursou Macunaíma deu uma grande gargalhada imaginando na peça que pregava no passarinho. Maanape e Jiguê resolveram ir com ele, mesmo porque o herói carecia de proteção.
(ANDRADE, 1928, p. 46)

Contudo, toda essa trama é produzida em metáforas, lendas e mitologias que recordam a cultura e hábitos da população brasileira, com uma estratégia básica usando formas populares de expressão em um nível erudito, já que a leitura buscava atingir os leitores se identificando com suas histórias e suas crenças.

A metáfora mais famosa, acontece no momento em que Macunaíma no momento de sua ida para São Paulo, entra em uma poça que é mágica e assim consegue se tornar branco, deixando sua etnia indígena para trás. Seus irmãos também se lavam, contudo por conta de Macunaíma ter sido o primeiro, Jiguê sendo o segundo fica com a cor da pele em tom mulato e Maanape somente consegue clarear as palmas dos pés e das mãos, por ter sido o último e água a poça ter acabado.

Neste acontecimento é muito evidente a abordagem sobre as etnias da população brasileira, na qual se misturam e que são representadas respectivamente pelo negro, o branco

e o indígena. Percebe-se também uma união de etnias dentro do personagem principal, já que era índio e deixa de ser negro para ser branco. Esse pluralismo étnico e cultural busca unir os leitores do país, para que possam se encontrar em suas características dentro do livro.

Contudo, vale ressaltar que dentro do Direito, essa multiplicidade não acontece já que dentro dele as leis são direcionadas as doutrinas jurídicas do branco europeu, deixando de lado a população negra e indígena em muitos momentos acontecendo uma desarmonia.

Também poderia ser feita uma relação deste episódio metaforicamente em questão da religiosidade, fato que relembra quando os indígenas eram obrigados a se catequizar e seguir as regras da igreja, a poça pode ser ironicamente ser vista como a benção para a salvação.

Outra questão bem representada, diz respeito sobre a falta de coletividade e empatia nacional, já que quando Macunaíma conquista seu amuleto novamente, essa vitória é bem própria dele, pois não faz questão de dividir e compartilhar com os seus, e assim quando voltam para sua tribo, não a encontram mais e os irmãos de Macunaíma morrem no caminho devido à vingança do herói, que segue com dias solitários e numa certa altura, um papagaio aparece e ele passa a contar toda sua história de vida para o mesmo, que vira seu confidente.

Porém, Macunaíma decide ir nadar em um lago e neste momento é seduzido por Uiara, que lhe esfrangalha em várias partes, mas o herói consegue se colar, porém não encontra uma perna. Desolado e triste perde a graça de viver na terra e decide subir aos céus, para virar uma estrela e viver “o brilho inútil das estrelas” (Andrade, 2007, p.199).

O nosso dito herói, na obra não se preocupa com a comunidade em que vive em nenhum momento o que ilustra um Brasil sem projeto, em crise constante. Um país que não tem noção do que seja nação, um país que se auto destrói. Um poder que a Literatura unicamente possui, já que inspirada em fatos reais e pelas visões do autor, é diversificada e produzida em textos, que interpretam uma realidade culturalmente vivida.

Para tanto, existem muitas questões sociais que são apresentadas ao longo da obra que retratam um país sofrido por muito preconceito e dificuldades, como as raças da população brasileira, mostrando as diferenças sociais entre pessoas com raças distintas, o pluralismo social, político e religioso, a democracia, o progresso e a civilização primitiva, e por fim, a

perda da cultura de valores do brasileiro. Esses são pontos em que se poderiam referenciar ao campo jurídico, pois tratam dos valores, as regras e a moral de uma sociedade.

Ao identificar o gênero em que a criação atua, pode-se nomeá-lo como rapsódia de maneira em que Mário de Andrade afirma que:

Sabe que os cantadores nordestinos, que são nossos rapsodos atuais, (...) transportam integral e primariamente tudo o que escutam e leem pros seus poemas, se limitando a escolher entre o lido e o escutado e a dar ritmo ao que escolherem pra que caiba nas cantorias. (...) Isso é Macunaíma e esses sou eu.

(ANDRADE, 2007, p.232)

Tal afirmação nos traz a ideia de que Macunaíma nada mais é que uma união de contação de histórias de vários autores do Brasil, já que o autor incluiu apenas tradições, alguns costumes, variedades linguísticas e uma linguagem coloquial da região onde acontecem os fatos. Sendo assim, a obra nos anos 70 passa a se oficializar como uma rapsódia, pelo fato de conter muitas características de um povo e muito bem representado.

No entanto o livro é um texto só, o que torna esta rapsódia um encontro de hipertextos, que se unem e se entrelaçam, pois, mesmo tendo um país com tantas diferenças em questões sociais, religiosas, étnicas, linguagens e culturas tão diversificadas, Mário consegue encontrar uma união nesta única produção, o que também a alinha como uma crítica literária em que vira objeto de discussão para muitos teóricos e autores.

Ancona Lopez (1972), afirma sobre uma análise da obra que:

Assim, a assimilação da literatura popular vai sedimentando a linha do compromisso, levando-o [Mário de Andrade] à análise do povo. Torna-se sua ponte de ligação mais nítida com a realidade brasileira, pois recebe da criação popular sua dimensão psicológica e mesmo sociológica.

(LOPEZ, p. 11-12).

Essa publicação não poderia deixar de ser contraditória, já que busca no folclore e nas diversas línguas do povo, um encontro em meio a tanta distância geográfica e disseminada. Mas também vale ressaltar o encontro dos mitos que são muito bem evidenciados, o que torna a obra bem mais realista diante dos costumes do povo. Eliade (1972) define que os mitos

servem ainda como modelos de comportamento humano para diversas culturas, baseados em ensinamentos supostamente deixados por ancestrais e/ou antepassados.

No período da produção da obra, a visão do país não era bem definida, o que trazia muita preocupação, já que o Brasil não era apresentado para o mundo com seu multiculturalismo e suas marcas históricas. Dessa forma, esta produção é de uma coragem e audácia instigante para muitos autores que durante a semana da arte de 1922 vão criando forças e conseguem enfim alargar suas obras com mais liberdade e transformações.

2.2 A relação do autor com a Semana da Arte Moderna de 1922

Sabe-se que Mário Andrade expressa em seu livro no prefácio a busca por uma entidade brasileira, e isso apresenta-se no livro em torno das tradições, costumes e comportamentos que envolvem toda a história. Sendo assim, é compreensível esta relação com o modernismo, um movimento que passa a ocupar o Brasil na década de 50, retomado pela historiografia literária e por poetas concretistas.

O cenário vivido no período do Modernismo era de extrema censura política, e mesmo assim as críticas literárias alcançavam o maior público. As causas por questões que envolviam a literatura com uma duplicidade incomum, o que trazia uma configuração nova e com formas a ocupar diversos locais, momentos e tempos. E mesmo o país vivendo na Ditadura, consegue investir em cultura e fornecer esse tipo de sistema, oferecendo para a população mais produções literárias.

Outra causa bem relevante trata-se também sobre a política no país, ocorre um grande investimento na educação, a taxa de analfabetismo no país diminui, a Literatura passa a ocupar o ensino fazendo parte do quadro de disciplinas, o mercado literário cresce, o que torna a facilidade nas pessoas para poder acessar esse conhecimento em qualquer classe social, e dessa forma acontece a “modernização”.

Essa renovação estética e literária era um acordo com movimentos internacionais de renovação também de ideias e da arte, e nelas eram encontradas as vanguardas europeias que eram as principais: o expressionismo; o dadaísmo; o futurismo; o surrealismo e muitas outras.

Esse movimento teve sua importante referência na Semana de Arte Moderna do ano de 1922, pois ganhou uma grande visibilidade, mas seu objetivo era se desprender de qualquer tradição acadêmica e trabalhar as diversas tendências e inovações que cada artista possuía. Essa proposta dentro do campo literário tinha como finalidade ousar em níveis temáticos, nas ideologias e nas questões sintáticas e vocabulares.

Vale ressaltar sobre o período em que a Semana de 22 foi realizada, pois marcava uma fase bem importante para a sociedade brasileira. Aquele ano tratava-se do centenário da Independência política do Brasil. E assim entendia-se que seria o momento da independência cultural do país, já que havia uma escassez de renovação literária. Graça Aranha (1977, p.26) afirmou sua extrema aflição quando disse que “a nossa literatura está morrendo de academicismo.”

Naquele momento a história da literatura no Brasil era mostrada em lacunas, pois a língua utilizada era composta pela linguagem e as literaturas lusitanas e com condições sociais muito distante da realidade. O objetivo era modificar e acordar um Brasil acomodado e estático, e isso se deu diante do movimento modernista que propiciou diversas transformações que atingiam a política e toda a vida nacional do país.

Sendo assim, a Semana da Arte Moderna aconteceu do dia 11 a 18 de fevereiro de 1922, em São Paulo no Teatro Municipal. Mesmo provocando muita polêmica o local se tornou um grande ponto de concentração na cidade, pois muitos artistas eram aplaudidos, mas outros tantos eram vaiados e assim aconteciam a divergência de opiniões, mas a liberdade para se optar pelo que acreditava ser interessante e prazeroso, a tão sonhada democracia.

Fazendo a relação com a produção de Andrade, as ideias de tradição do Brasil com a qual buscava no livro, são resultados de anos de pesquisa, de linguagens, de culturas, lendas, folclores e mitos, e essa seria a importância que o movimento Modernista buscava retratar além dos problemas brasileiros atuais, trazendo a marca da sociedade, com seus costumes e condutas.

O foco principal da obra era baseado no caráter nacional, na divisão das culturas e na desvalorização das tradições, já que ocorria um uso muito grande dos modelos culturais estrangeiros e com isso a distância da população na literatura. Daí, a necessidade que Mário

nutria em apresentar uma identidade cultural desse povo que deveria aceitar suas histórias, hábitos e costumes, portanto, Macunaíma traz então essa herança cultural e genuína do Brasil.

O Modernismo trazia então essa comunicação popular, que funciona para igualar as pessoas, trazendo tanto o remetente que é o emissor, o produtor e autor, para perto do destinatário, o receptor, que recebe a mensagem. Assim, ocorre um processo mais democrático que facilita na reflexão do povo no geral, tornando no geral pessoas críticas.

“A questão da autenticidade ou inautenticidade das manifestações da cultura popular nos parece sem maior importância, neste momento, porque a cultura que se faz hoje não é mais uma cultura do pós-guerra. Estamos vivendo uma cultura do pós-moderno, uma cultura dos mass-medias, da indústria cultural, que nos obriga a uma reflexão crítica para melhor compreensão da dinâmica cultural do povo e suas necessidades principalmente em regiões menos desenvolvidas.”
(PERUZZO,1995, p. 191)

Nessa perspectiva social, é fundamental destacar as manifestações populares folclóricas tradicionais, ocorridas principalmente no Nordeste brasileiro, que depende do sistema capitalista, mas que não perde sua essência de produzir a arte, seja onde for, com sua representatividade única e isso só ocorre atualmente, diante de toda essa proposta das manifestações do movimento modernista.

O autor de Macunaíma atua com a necessidade de se fazer historicamente presente dentro da sociedade brasileira como resposta a uma cultura popular aliada a um determinado fim social que contribui para o desenvolvimento das pessoas, pois trabalha com suas raízes trazendo essa reflexão, usando da ficção para os problemas reais.

Por conseguinte, a união da Semana de 22 com o livro de Mário de Andrade, traz o personagem de Macunaíma fundamental, à medida que atinge os públicos em seus diversos campos e ângulos, mesmo sendo por interesses, somente nas questões e problemas sociais apontados, como também pelo interesse pela arte.

2.3 A personagem Macunaíma

Macunaíma é o retrato da mestiçagem do povo brasileiro. Um povo que é manipulado desde sempre e que pouco se recorda dos acontecimentos repetidos. Diante disso o

personagem de Mário de Andrade, traz uma cultura própria e única, marcada por uma linguagem singular e com costumes e hábitos de uma sociedade que por vezes se escondia por detrás de outras raças e países. Isso ocorre pelo fato de que o Brasil sempre sofreu por influências de outras nações devido as manipulações constantes por um crescimento Cultural e de fronteiras.

Desde sempre os brasileiros foram explorados e obrigados a seguir regras impostas por outras pátrias, referente à religião, roupa, dança, culinária, sendo obrigados a aceitar um padrão europeu. Dessa maneira, Macunaíma nasce para o autor com a proposta de apresentar para o país que a história dele pode ser apresentada com tamanho valorização e enaltecimento.

Existem questões dentro do personagem que fazem com que a maioria acredite que o mesmo só se utilizava das pessoas e tirava proveito das situações, mas isso era o grande objetivo de Andrade. Fazer uma auto indagação de valores e morais apresentando características costumeiras dentro de um povo que vive de padrões e representações de outras nações. Em seu primeiro prefácio do livro, ele explica que o brasileiro só poderia superar suas dificuldades ao assumir sua identidade e sua realidade (p. 218). Para tanto, é necessário que se fortifiquem os paradigmas e que possam se reconstruir, pois a sociedade precisa acreditar em seus potenciais e prosperar em uma realidade sua, dentro do seu dia a dia, ligados na sua essência, despertando e aceitando suas raízes.

A partir dessas ideias, Macunaíma ganha o título de Herói, “um herói sem nenhum caráter”. Essa denominação ocorre pelo sentido de uma realidade moral e também psíquica que como já foi dito, o brasileiro não possui, nem mesmo uma civilização própria possuía, que dirá uma consciência tradicional, um povo sem memória, que reproduz tudo de outros países.

Na figura mitológica o herói possui todas as virtudes e características que fazem com que supere qualquer obstáculo. Sempre com muitas habilidades e dons privilegiados, chama a atenção por onde vai, agradando sempre a população. Porém, por vezes vive escondido seguindo um código de ética e condutas e com alguns problemas psicológicos.

Em Macunaíma existem alguns momentos em que se identificam situações parecidas com seres mitológicos e até heróis que a sociedade passou a aceitar diante de toda essa instalação de padrões que o mundo acolhe.

É possível perceber isso em duas situações: o primeiro episódio é quando consegue capturar por conta própria uma anta, relatado a seguir:

No outro dia a arraiada inda estava acabando de trepar nas árvores, Macunaíma acordou todos, fazendo um bué medonho, que fossem! que fossem no bebedouro buscar a bicha que ele caçara!... Porém ninguém não acreditou e todos principiaram o trabalho do dia. Macunaíma ficou muito contrariado e pediu pra Sofará que desse uma chegadinha no bebedouro só pra ver. A moça fez e voltou falando pra todos que de fato estava no laço uma anta muito grande já morta. Toda a tribo foi buscar a bicha, matutando na inteligência do curumim.
(ANDRADE, 1928, p. 10)

Esse ato pode ser comparado ao de Hércules, quando sua mãe passa a analisar seu comportamento em sua fase ainda criança, e em uma situação consegue se livrar das duas serpentes enviadas por Hera para matá-lo. Um ato heroico e de força.

Outro episódio é apresentado quando consegue enfrentar pela segunda vez o monstro Piaimã, Venceslau Pietro Pietra. Mesmo que de maneira parodiada, são fatos que podem identificar um herói clássico.

Macunaíma estava muito contrariado. Não conseguia reaver a muiraquitã e isso dava ódio. O melhor era matar Piaimã... Então saiu da cidade e foi no mato Fulano experimentar força. Campeou légua e meia e afinal enxergou uma peroba sem fim. Enfiou o braço na sapopemba e deu um puxão pra ver si arrancava o pau mas só o vento sacudia a folhagem na altura porém. "Inda não tenho bastante força não", Macunaíma, refletiu. Agarrou num dente de ratinho chamado crô, fez uma bruta incisão na perna, de preceito pra quem é frouxo e voltou sangrando pra pensão. Estava desconsolado de não ter força ainda e vinha numa distração tamanha que deu uma topada.
(ANDRADE, 1928, p.59)

Nestas ações é relevante comparar talvez mesmo que em forma de paródia, com o mito do Rei Arthur, que precisou retirar a espada cravejada em uma pedra, pelo ato de provar sua força e conquistar um ideal de honra. Percebe-se claramente uma cena inusitada, mas não

deixa de ser uma descrição de um herói, mas se aproximando a de um anti-herói, como irá se discorrer a seguir.

O anti-herói traz características e ações com uma concordância diferentes dos heróis. Isso porque mesmo não sendo um vilão, ele age de maneira ousada e apresenta uma evolução da sociedade para uma nova construção de herói. Segundo Aldinéia Arantes (2008) a figura do anti-herói surge na literatura com a mudança de paradigma refletida pela própria transição do homem em sociedade, frente ao contexto histórico da época.

Essa configuração é percebida a partir da Idade Média, pois a configuração do herói vai saindo do modelo padrão que difere na preocupação com a comunidade no geral e a grande característica do anti-herói é exatamente apresentar seu caráter individualista e sem nenhum cuidado com o todo.

Diante disso, percebe-se que Macunaíma é muito mais característico ao anti-herói e isso pode ser identificado em diversos momentos da história. Um momento bem interessante ocorre na sua chegada a São Paulo, quando compara as “máquinas”, os meios de transportes, com a população que habita o local, fazendo sua reflexão:

A Máquina era que matava os homens, porém os homens é que mandavam na Máquina... Constatou pasmo que os filhos da mandioca eram donos sem mistério e sem força da máquina sem mistério sem querer sem fastio, incapaz de explicar as infelicidades por si. (...) que a máquina devia de ser um deus de que os homens não eram verdadeiramente donos só porque não tinham feito dela uma iara explicável, mas apenas uma realidade do mundo. (ANDRADE, 1928, p.53-54)

As curiosidades que tinha diante das novidades o fazem questionar e concluir que “os homens é que eram máquinas e as máquinas é que eram homens.” (ANDRADE, 1928, p. 53-54). Nota-se a sua visão crítica para a realidade e os questionamentos de valores da sociedade que faz por vezes. As críticas que aponta para a cidade de São Paulo em relação aos moradores, aos comportamentos e política aponta para estes fatos:

Cidade é belíssima, e grato o seu convívio. Toda cortada de ruas habilmente estreitas e tomadas por estátuas e lampiões graciosíssimos e de rara escultura; tudo diminuindo com astúcia o espaço de forma tal, que nessas artérias não cabe a população. Assim se obtém o efeito dum grande acúmulo de gentes, cuja estimativa pode ser aumentada à vontade, o que é propício às

eleições que são invenção dos inimitáveis mineiros; ao mesmo tempo que os edis dispõem de largo assunto com que ganhem dias honrados e a admiração de todos, com surtos de eloquência do mais puro estilo e sublimado labor. (ANDRADE, 1928, p.84-85)

Neste trecho é muito clara a visão da cidade com uma quantidade de pessoas dentro da região, geograficamente ele argumenta pela falta de infraestrutura da cidade, trazendo para essa questão a política, falando sobre eleições e votos.

Em outro momento aborda sobre os casamentos que questiona diante do seu panorama tratando-se de apenas acordos financeiros.

O que vos interessará mais, por sem dúvida, é saberdes que os guerreiros de cá não buscam mavórticas damas para o enlace epitalâmico; mas antes as preferem dóceis e facilmente trocáveis por pequeninas e voláteis folhas de papel a que o vulgo chamará dinheiro — o "curriculum vitae" da Civilização, a que hoje fazemos ponto de honra em pertencermos. (ANDRADE, 1928, p.78)

Perante a isso, critica os casamentos arranjados, que vão além do afeto e se constroem na forma tradicional de pensamento patriarcal, além da submissão com a qual as damas viviam perante a tal situação.

Também contesta sobre o comportamento das mulheres, o sistema patriarcal que sofrem pela submissão, por não terem um papel de poder na sociedade e simplesmente serem figurantes dentro da população.

Ora se alimpam, e gastam horas nesse delicado mester, ora encantam os convívios teatrais da sociedade, ora não fazem coisa alguma; e nesses trabalhos passam elas o dia tão entretecidas e afanosas que, em chegando a noute, mal lhes sobra vagar para brincarem e presto se entregam nos braços de Orfeu, como se diz. Mas heis de saber, senhoras minhas, que por cá dia e noute divergem singularmente do vosso horário belígero; o dia começa quando para vós é o pino dele, e a noute, quando estais no quarto sono vosso, que, por derradeiro, é o mais reparador. (ANDRADE, 1928, p.81)

Outro questionamento referente às mulheres era na falta de nacionalidade em que as damas tinham ao copiarem roupas de outros países e assim escondendo seus valores e costumes do local e do país que viviam, passando a seguir padrões de outra sociedade.

Falam numerosas e mui rápidas línguas; são via jadas e educadíssimas; sempre todas obedientes por igual, embora, ricamente díspares entre si, quais loiras, quais morenas, quais fôsse-maigres, quais rotundas; e de tal sorte abundantes no número e diversidade, que muito nos preocupa a razão, o serem todas e tantas, originais dum país somente. Acresce ainda que a todas se lhes dão o excitante, embora injusto, epíteto de "francesas". A nossa desconfiança é que essas damas não se originaram todas da Polônia, porém que faltam à verdade, e são iberas, itálicas, germânicas, turcas, argentinas, peruanas, e de todas as outras partes férteis de um e outro hemisfério. (ANDRADE, 1928, p.83)

Seu comportamento e ações também se iguala ao de anti-herói pois mesmo sendo sarcástico e agindo com humor, sempre pensa em si próprio, pouco se preocupando com a maioria e isso inclui até mesmo seus entes queridos, quando mentia para sua mãe e enganava seus irmãos tendo suas mulheres como amantes. Além disso, Macunaíma foge de todos os padrões de beleza normais que dizem respeito de cor, porte e físico, contudo isso se modifica quando consegue passar por um evento em uma cova d'água encantada e se banha, deixando assim de ser indígena para ser branco.

Uma feita a Sol cobrira os três manos duma escaminha de suor e Macunaíma se lembrou de tomar banho. Porém no rio era impossível por causa das piranhas tão vorazes que de quando em quando na luta pra pegar um naco de irmã espedaçada, pulavam aos cachos pra fora d'água metro e mais. Então Macunaíma enxergou numa lapa bem no meio do rio uma cova cheia d'água. E a cova era que -nem a marca dum pé-gigante. Abicaram. O herói depois de muitos gritos por causa do frio da água entrou na cova e se lavou inteirinho. Mas a água era encantada porque aquele buraco na lapa era marca do pezão do Sumé, do tempo em que andava pregando o evangelho de Jesus pra indiada brasileira. Quando o herói saiu do banho estava branco louro e de olhos azuizinhos, água lavara o pretume dele. E ninguém não seria capaz mais de indicar nele um filho da tribo retinta dos Tapanhumas. (ANDRADE, 1928, p.38)

Nesses argumentos são evidenciados que Macunaíma é um herói sim, mas humanizado e não romantizado, sendo apenas um fruto de seu meio em que vive, não era vilão e se utilizava de muita esperteza e artimanhas que acreditava serem úteis na sua sobrevivência daquele mundo que é retratado no livro. Marca conceitos e revoluciona o que não lhe convém, sempre indagando com questões pré-estabelecidas e conceitos internalizados que não conseguia compreender o porquê. Ele sai do regulamento e agita por onde quer que vá, bagunçando tudo por onde passa e por isso é visto como um marginal e a sociedade que opta por seguir as regras não o aceita. Um homem como muitos escondidos dentro do Brasil, mas pouco falados pois é muito difícil aceitar uma brasilidade sem tamanho.

3 A NACIONALIDADE BRASILEIRA

Macunaíma é uma obra que causou uma explosão no movimento modernista e inovou dentro de todos os outros conteúdos. Para tanto, ela aborda muitas questões que são pertinentes dentro da sociedade e em específico naquele momento com o qual o país vivia.

De fato, uma das marcas que chama bastante atenção diz respeito a linguagem, com uma narrativa cheia de variedades linguísticas e marcas de oralidade das regiões e dos povos, particularmente dos indígenas.

Essa dicotomia, traz uma valorização única dos brasileiros o que remete a um encontro de línguas com o objetivo de trazer para a Língua Portuguesa a expressão brasileira. Isso porque a língua falada pelo povo por ser mais dinâmica não era escrita, o que causa uma enorme distância da cultura nacional, afastando a população e a sociedade como um todo.

Dessa forma, a obra abordada pode oferecer muita contribuição para a busca da Nacionalidade Brasileira, e até mesmo ponderar questões no que tange o distanciamento da linguagem jurídica, como a utilizada pelo povo. Ocorre que essa seria uma maneira viável de tornar uma linguagem padrão, para que os cidadãos possam compreender melhor os recursos, os decretos, as leis e as sentenças de interesse e, portanto, o Estado evolua muito mais na democratização.

Vale ressaltar o quanto Macunaíma abordava e questionava a falta de nacionalidade do povo, especialmente em São Paulo, e como era estranho para ele ver as pessoas “copiando”, gestos, ações e falas de outras nações e não compreendia o sentido de uma civilização importada. Essa é uma crítica muito usada entre os modernistas e assim entende-se o fato com o qual faz Mário Andrade trazer essas indagações para o personagem principal do livro.

Sendo assim, dentro do modernismo surge um movimento que aborda a proposta de investir na cultura de toda a população, e unir tanto socialmente, quanto economicamente e como filosoficamente: o movimento antropófago acontece para trazer uma herança cultural e um enaltecimento de valores.

Diante destes conceitos apresentar como o Direito decorria no início do século XX é mais um objetivo para este capítulo e a partir dessas ideias relacionar o trabalho com o personagem Macunaíma, descrevendo sobre esse direito macunaímico que a sociedade brasileira se encontra em diversas vezes e a maneira com a qual via o trabalho incluindo também os dias atuais.

3.1 O movimento antropófago

Ao se falar do movimento antropófago se faz necessário explicar o conceito e a definição da palavra Antropofagia e como ela inseriu dentro da Literatura. Seu sentido etimológico original tem origem grega na palavra original “antropófago” = “anthropophagous” (do grego *anthropos*, "homem" e *phagein*, "comer"), foi transformado em canibalismo no século XVI, pela similaridade entre Caribe = canibal= Caliban. Essa ideia passa a ação de comer carne humana, porém associado erradamente com a prática canibal, que consiste em um animal devorar o outro de sua mesma espécie.

Diante disso, o contexto latino americano adota a proposta de liberar na literatura o rótulo de canibalismo dentro da cultura, e assim o processo de assimilação torna-se mais ousado e utiliza-se de figuras de linguagens, á se iniciar da metáfora de devorar o que a literatura pode oferecer: cultura.

Leyla Perrone-Moisés (2007), define o conceito de antropofagia na visão literária, como um método com o qual a cultura europeia se apossa para renovar toda a cultura latino-americana, quando afirma que:

O que prova a força particular de uma cultura é exatamente esta capacidade de assimilar sem se perder. Um tipo de receptividade crítica e criadora era o que defendia o modernista brasileiro Oswald de Andrade, em sua proposta de antropofagia cultural: devorar (metaforicamente) os aportes estrangeiros para nos fortalecermos, como faziam (literalmente) os índios tupinambás com os primeiros colonizadores do Brasil.
(Perrone-Moisés, 2007, p. 24).

Essa afirmação ocorre pelo fato de que Oswald de Andrade, foi quem escreveu o Movimento Antropófago, e o mesmo utilizava da cultura, as técnicas de linguagem e

variedade linguística, somente da nacionalidade do país, o que faz lembrar da famosa frase, parafraseando Shakespeare, “Tupy or not tupy, that is the question”). Mário, definia como:

Com efeito, já estamos naquele caso de des vaidade e largueza de espírito descuidado de si, pelo qual nos apropriamos de tudo o que as tendências, movimentos e invenções estrangeiras podem dar pra riqueza e liberdade da gente. Parece que sentimos que não tem mais possibilidade de influência estrangeira desbrasileirar a gente, porque, possuímos aquela fatalidade psicológica interior que faz toda a contribuição exterior ser bem mastigada e assimilada (...).

(Lopez, 1972, p.213)

O objetivo dos autores modernistas daquela época era oferecer a cultura própria do país, em todas as regiões e lugares, fazendo com que assim ocorresse uma descolonização de padrões artísticos vindos de fora. O Manifesto Antropófago saiu em 1º de maio de 1928, ano de publicação de *Macunaíma*, contudo muitos teóricos não consideram a obra de *Macunaíma* como parte do movimento, por ter sido escrita no ano de 1926, porém, o próprio autor do Movimento, reconhece em *Macunaíma* diversos momentos antropófagos e com suas ideias já renunciadas da Antropofagia.

Um dos meios mais utilizados pelos escritores com o qual se manifestava a Antropofagia, foi a Revista de Antropofagia e dentre esses diversos literários, Mário de Andrade estava presente dentre eles. A ideia de consumir essa proposta foi de muito sucesso e esse processo só se iniciou mediante a antropofagia oswaldiana que abriu portas para toda reutilização e reapropriação da cultura com novos contornos, expandindo-se para uma possibilidade de um novo olhar na cultura da América Latina.

O Movimento buscava não tão somente uma libertação para a cultura, mas a maneira de trazer um olhar para a antropofagia com a união dos homens em todas as formas liberais. Se o homem possui uma grande característica de consumir tudo ou qualquer coisa que vinha de fora, a finalidade aqui era de ingerir todo esse conhecimento que vem da sua própria história, fazendo com que a cultura do país pudesse crescer e utilizar suas raízes.

Vale ressaltar que Oswald de Andrade, na sua obra do “Manifesto Antropófago”, era um dos primeiros intelectuais brasileiros que enfrentou o grande problema de submissão cultural nas áreas de produção tanto literárias quanto artísticas. Ele aborda questões sobre a catequização dos índios, fala sobre patriarcalismo, ressaltando a mulher, enaltecendo-a como

figura feminina na cultura brasileira, além de apresentar questões sobre o sistema e a estrutura do país.

É inevitável compreender que o conceito antropofágico indica sobre devorar e criticar a cultura das outras nações estrangeiras com qual eram inseridas dentro do Brasil. Por isso essa relação com o canibalismo era uma resposta sobre a dependência que sugava a energia de muitos dos artistas daquela época que precisavam em suas produções deixar de lado as suas histórias e tradições, para seguir uma cultura já internalizada dentro da sociedade.

Ao comparar a palavra deglutição com o tema, é válido trabalhar em metáforas, pois a literatura possui esse poder criativo, que mesmo contribuindo com a inclusão da cultura brasileira, faz de forma inovada uma relação em conjunto com a literatura já canonizada, ou seja, já glorificada pela população, e assim, une as duas produções, sem desrespeitar e sem privilegiar nenhuma das formas de elaborações, nem muito menos apagá-la, dando espaço para todos, e o direito de se expressarem da maneira com a qual tivesse vontades e facilidades.

Leyla Perrone- Moisés (2007), retoma essa mesma linha de pensamento quando diz que:

Nosso objetivo deveria deixar de ser ‘abafar na Europa’, e simplesmente mostrar a ela o que fizemos de diferente com o que ela nos trouxe.
(Perrone-Moisés, 2007, p. 27, grifo do autor).

Sendo assim, é cabível compreender a importância de alinhar as duas formas de produções e assim, dar uma nova história para as obras e a literatura, pois com o conjunto pode ser transformador e enaltecido também para o mundo, com mais leveza e clareza de como era a cultura brasileira.

Diante de todas essas definições e conceitos, o autor de Macunaíma, novamente volta a ser abordado em outro momento, sobre a relação de sua obra, e assim pondera que além de conter lendas, tradições, ciência, política, psicologia e objetividade nacional, também se utilizou de “cooperação acomodada de elementos estrangeiros” (Andrade, 2007, p.226), nisso, ele confirma que:

Me parece que os melhores elementos duma cultura nacional aparecem nele. Possui psicologia própria e maneira de expressão própria. (...) Possui aceitação sem timidez nem vanglória da entidade nacional e a concebe tão permanente e unida que o país aparece desgeograficado no clima na flora na fauna no homem na lenda, na tradição histórica até quanto isso possa divertir ou concluir um dado sem repugnar pelo absurdo. (...) Além disso possui colaboração estrangeira e aproveitamento dos outros, complacente, sem temor (...).

(Andrade, 2007, p. 225-226)

A ideia de Macunaíma e a antropofagia aponta para uma busca urgente de compreensão e reparação para a visão da cultura estrangeira. Isso pode ser aplicado no direito também, já que assim a aplicação do sistema pode ser realizada por um outro panorama. Ocorre que até mesmo o trabalho aqui apresentado pode ser uma maneira de se utilizar a antropofagia e assim perceber o quanto o movimento antropófago faz diferença até nos dias atuais.

Contudo, é preciso ponderar que o direito no Brasil precisa também manter as suas regras e doutrinas previstas diante de todo o mundo, o que faz com que as condutas sejam mais oficializadas e prudentes, não podendo manter somente sua forma afastada das outras nações, pois a ordem precisa seguir os padrões básicos do resto da humanidade socializada.

Sendo assim, no campo jurídico ainda se segue as direções pelas tradições e as normas acadêmicas, e a literatura consegue avançar nessa questão pois evoluiu no sentido antropofágico, construindo e desconstruindo paradigmas. É válido apresentar como o Direito se comportava no início do século XX, como irá ser feito a seguir.

3.2 O direito no início do século XX

O fim do Império e o início da Proclamação da República foi marcado no Brasil entre o final do Século XIX e o início do século XX. Com isso, é importante compreender que os primeiros atos jurídicos e os funcionários que passaram a exercer e estudar sobre o Direito, seguiram por um longo período com as normas e as reproduções de Portugal.

Os cursos jurídicos foram criados pela lei de 11 de agosto de 1827 nos moldes de ensino da antiga metrópole, que conforme Carvalho (2011) afirma que:

Os cursos de direito foram criados à imagem do predecessor coimbrão. Os primeiros professores eram ex-alunos de Coimbra e alguns dos primeiros

alunos vieram de lá transferidos. Mas houve importante adaptação no que se refere ao conteúdo das disciplinas. O direito romano foi abandonado em benefício de matérias mais diretamente relacionadas com as necessidades no novo país, tais como os direitos mercantil e marítimo e a economia política. A ideia dos legisladores brasileiros era a de formar não apenas juristas, mas também advogados, deputados, senadores, diplomatas e os mais altos empregados do Estado, como está expresso nos Estatutos feitos pelo visconde de Cachoeira adotados no início dos cursos.
(Carvalho, 2011, p. 76)

Portanto, é impossível não notar como as influências europeias exerciam o poder e manipulavam o sistema brasileiro, atingindo toda a sociedade que vivia seguindo o mesmo padrão de diversos países, em específico os alemães e os franceses.

Por volta de até os anos de 1870, as faculdades de direito não eram centro de debates, e a vida jurídica só acontecia na Corte, com isso o Brasil ia ganhando destaque no plantio do café. Nesse período a abolição já havia acontecido, para tanto, o sistema de plantações e fazendas necessitava de trabalhadores. Com isso foi necessário o sistema de trabalho assalariado, o que define até os dias atuais.

São Paulo era a capital que mais avançava e crescia, além do avanço da exportação, e com isso acontecia a pluralidade de ideias já que contribuía para o crescimento e o desenvolvimento regional.

Vale ressaltar que o sistema patriarcal que Macunaíma aborda e questiona na obra, vai cedendo lugar ao sistema econômico naquele momento do país, o que toma uma referência para tal situação, e com isso o conjunto ainda permanece preso com as questões antigas e conformistas, estando amarrados nas ideias antiquadas com poderes fincados dentro da sociedade.

Por outro lado, muitos debates aconteciam para uma reforma do sistema jurídico, e ainda não existiam universidades, se fazendo necessário uma definição para que a educação e o ensino pudessem apresentar uma didática aceitável que legitimasse o Direito dentro do Brasil.

O que ocorria naquele período é que os juristas continuavam a seguir as influências estrangeiras, e pouco se preocupavam com o país e a sua realidade, assim seguiam as

doutrinas de outras nações, explicando as normas e regras de acordo com o conselho destes países fazendo com que a administração brasileira sempre fosse americanizada.

Finalmente nas primeiras décadas do século XX, começa a se notar um início da mudança de alguns juristas ao perceber a realidade do povo com o qual representavam, e assim notar a diferença de se pontuar diversas situações pelo fato de que o cenário era a base e a particularidade de cada um.

Sabe-se então que o panorama histórico do Direito no Brasil, foi marcado por debates jurídicos e as condições sociais que existiam no país. Contudo, as elites presentes no país que são autoras do Direito, ignoravam e eram impassíveis com a realidade da maioria da população. Consequentemente as questões jurídicas eram compostas por soluções artificiais de conflitos com muita falta de sensibilidade e muito mais que isso, a falta de conhecimento para lidar com as situações, e isso se tornava presente nas problemáticas constantes, lembrando que ainda infelizmente, estão presentes até hoje em diversos momentos e em múltiplas situações.

Desse modo, a obra de Macunaíma, o Modernismo e o Movimento Antropófago, são conjuntos literários que ajudariam no conhecimento do brasileiro no processo inicial, e assim podem contribuir para a superação das dificuldades apresentadas anteriormente.

Nesse contexto, a imaginação literária era um fundamento essencial para que os valores, ética, moral e conduta pudessem ser inseridos dentro do Direito, como afirma Katya Kozick (2006):

A premissa assumida por todos é que o saber jurídico não pode restar isolado dos demais saberes e que a reflexão sobre o direito e sobre o próprio conhecimento do direito necessitam de uma análise mais ampla e abrangente [...] A literatura permite a colocação de questões que muitas vezes são reprimidas no âmbito das escolas de direito (como também na filosofia) e nos aproxima da questão do sujeito por caminhos outros que não apenas o conceito formal do sujeito de direito (KOZICKI, 2006, p.6-7).

Essa é a grande proposta da Literatura, fazer com que a empatia seja inserida dentro das questões jurídicas, para que as experiências possam se aproximar e os pensamentos também,

dentro das regiões e lugares com os quais aconteciam os ocorridos. Essas são reconstruções críticas que superam e aproximam a população no geral, contudo, estes não eram os únicos problemas culturais desse período.

Além dessas questões abordadas, a próxima parte do trabalho apresentará situações em relação ao trabalho com os brasileiros, trazendo as referências de Macunaíma e sua visão crítica sobre o sistema e os hábitos que a maioria da população culturalmente acredita, e nesse período de sua produção, o Brasil vivia o final da escravidão e o início da industrialização, e era essencial que acontecesse a mudança dessas práticas e costumes para que todos pudessem colaborar com a evolução do capitalismo na República.

3.3 A relação do trabalho com Macunaíma

O autor de Macunaíma, Mário Andrade, era considerado um grande nacionalista por cultuar a cultura brasileira e valorizar os padrões, com a expressão “entidade nacional”, isso porque a identidade para o modernista se tornaria uma armadilha em sua concepção de visão nacional, já que a definição da mesma não trabalha com o multiculturalismo e não busca a ideia de uma nação como um todo, tornando cada ser único dentro de sua identidade.

A proposta da entidade nacional surge com a clara preocupação de integrar o país dentro da cultura nacional popular como um todo e assim unir a população com o encontro de suas histórias e crenças e se reconhecerem dentro do sistema, para assim se tornarem seres críticos e auto avaliadores de si e de seus conhecimentos.

Neste viés, a história produzida na obra de Macunaíma, aborda uma crítica poderosa no que tange o conceito de caracterizar o brasileiro, e após muito trabalho, estudo e descobertas, o autor percebe que o brasileiro não possui caráter, e afirma isso quando diz que:

O que me interessou por Macunaíma foi incontestavelmente a preocupação em que vivo de trabalhar e descobrir o mais que possa a entidade nacional dos brasileiros. Ora, depois de pelejar muito verifiquei uma coisa que parece certa: o brasileiro não tem caráter. [...] e com a palavra caráter não determino apenas uma realidade moral não em vez entendo a entidade psíquica permanente, se manifestando por tudo, nos costumes, na ação exterior no sentimento na língua da História da andadura, tanto no bem como no mal. (Andrade, 2015a, p. 191)

Para compreender o pensamento do autor, é necessário notar sua construção dentro do processo da regionalização e que de uma maneira bem explícita ele desconstrói esse universo, unindo todos os personagens em vários lugares, em diversas situações, fazendo com que o protagonista pudesse estar em várias outras regiões rapidamente e assim trazer esse envolvimento de toda uma nação, que mesmo com suas diferenças pode socializar e assim se encontrarem dentro de suas tradições com consciência e cuidado.

A professora Leyla Perrone-Moisés, no ensaio “Macunaíma e a Entidade Nacional”, o último do seu livro *Vira e mexe nacionalismo*, confirma o uso de Macunaíma nessa “desregionalização” quando afirma que:

Vale lembrar que até 1930 a economia brasileira se baseava em plantações agrícolas voltadas para o mercado internacional, sem que houvesse comunicação entre elas. As diferentes regiões brasileiras tinham estruturas políticas autônomas, e o Estado era muito fraco para integrá-las. A diversidade social e cultural das regiões era também um entrave para a formação de uma ‘consciência nacional’. M.A. aspirava a essa união nacional por meio de uma ‘desregionalização’, que em seu momento só podia ser concebida como ficção (Perrone-Moisés, 2007, p. 194)

Percebe-se que aqui, mesmo que o personagem com sua eterna preguiça, conseguia por meio da mistura, embaralhamento e enumerações unir a busca pelo todo, pela unidade, e esse era o objetivo do autor.

Mário em seu grupo modernista, aponta sua versão de Macunaíma em relação à sua crítica de falta de consciência e caráter quando afirma: “O brasileiro não tem caráter porque não possui nem civilização própria nem consciência tradicional.” (Andrade, 2015a, p. 191). Essa ideia de ausência acontecia pelo atraso da economia e da sociedade, além da mínima civilização e consciência o que para o escritor torna uma nação sem história, sem valores e propícia a manipulação. De fato, a urgência para uma nova reflexão no país e um novo descobrimento para uma nação tão rica em costumes e valores, mas que estavam silenciados por conta de uma população submissa.

Dessa forma, apresentar em uma obra um personagem como Macunaíma era a representatividade e a autenticidade com a qual o brasileiro precisava para se encontrar. As alternâncias entre a formação heterogênea e a mestiçagem trazem uma grande referência

dentro da obra e assim a identidade cultural do povo surge com diversas possibilidades. Com esse trabalho que o autor produz, fica claro a importância da tradição, já que Macunaíma é resultado de anos de pesquisas de lendas e folclores regionais.

Vale ressaltar as intenções que o autor tem ao escrever essa obra, mas que se baseiam em focos nos principais como: a falta de caráter nacional, a dividida cultura do Brasil, a desvalorização das tradições e as grandes importações de modelos culturais que não condizem em nada com nossas raízes.

A sua preocupação principal era encontrar uma identidade cultural para o Brasil, pois Mário apresenta em alguns exemplos de uma forma suave falta de auto suficiência da população que por vezes escolhe o que vem de fora, não valorizando o seu. Para o autor, essa conquista de uma identidade cultural só seria possível se todos tomassem a consciência de suas tradições, e assim, Macunaíma resgata então, as tradições genuínas brasileiras.

Contudo, a visão do trabalho para o personagem na obra já é bem famosa, visto que sua frase vira um grande bordão durante toda a trama. Logo no início, ela já é bem representada: “Já meninice fez coisas de sarapantar. De primeiro passou mais de seis anos não falando. Si o incitavam a falar exclamava: - Ai! que preguiça!... e não dizia mais nada.” (Andrade, 2007, p. 13.)

É claro que a frase não era repetida no livro por acaso, ela se fazia presente para representar e levantar a questão com a qual o personagem se sentia desconfortável ao ter que realizar alguma tarefa longa ou cansativa. Também relembra o animal chamado de bicho-preguiça, que por agir sempre em lentidão e de uma maneira preguiçosa e ociosa.

Macunaíma sempre observava as pessoas ao seu redor trabalhando para ele, sua família e seus entes queridos, somente em algumas situações que queria tirar proveito ou se mostrar melhor que alguém era que aparecia. É dessa preguiça com a qual o autor compara com os brasileiros, visto que em sua maioria se acostumavam a seguir os padrões e assim sem nenhum interesse em mostrar sua importância e a sua nacionalidade.

Há de se levar em conta também alguns momentos em que Macunaíma utiliza do ócio para seu favor. No segundo capítulo o Curupira, figura folclórica conhecida por iludir

viajantes e caçadores, indicou ao herói o caminho de volta para casa. Ao chegar numa bifurcação, Macunaíma diz: “Ai! que preguiça!...” e segue a direção oposta à indicada pelo Currupira. E fez a escolha certa; o currupira queria enganá-lo. Nos capítulos finais, exclamou que estava com preguiça duas vezes, enquanto matutava uma estratégia para derrotar seu inimigo Piaimã (Venceslau Pietro Pietra): “Olhou cheio de raiva pro gatuno da muiraquitã e rosnou: - Hhmm... que preguiça!”

Aqui é notável uma reação com a qual se utiliza na sua forma de ser e agir, o que oferece criatividade ao personagem para alcançar o que almeja. Para o autor, a preguiça é uma “forma de reação tropical à sociedade de consumo e à ética e à estética europeias aqui instaladas, distorcendo as características básicas da brasilidade.” (Lopez, 1972, p. 235)

Esse é o jeitinho brasileiro e o molejo com o qual a maioria dos cidadãos conseguem enfrentar e resolver os problemas do dia a dia, e cabe lembrar esse ócio não tem a ver com não realizar nada, mas sim produzir, porém de uma maneira mais fácil e proveitosa. É assim que Macunaíma age em toda sua trama, sendo um anti-herói preguiçoso, não foge da luta, mas de forma prática e útil sem se importar com as aprovações alheias e muito menos com regras que existiam na sociedade e com o restante das pessoas com a qual convivia.

É cabível entender que a preguiça também pode ser vista com algo positivo, pois pode ser bem utilizada para situações tranquilas e livres. As pessoas com tempos livres poderiam utilizar da preguiça para produzirem seus hobbies e até mesmo procurar outras atividades que e assim se encontrassem mais se tornando pessoas mais felizes.

Russell, retrata e imagina um mundo onde as pessoas teriam mais tempo livre:

Num mundo em que ninguém tenha de trabalhar mais do que quatro horas diárias, todas as pessoas poderão saciar a curiosidade científica que carregarem dentro de si e todo pintor poderá pintar seus quadros, sem passar por privações, independentemente da qualidade de sua arte. Jovens escritores não precisarão buscar a independência econômica indispensável às obras monumentais, para as quais já terão perdido o gosto e a capacidade quando o momento chegar.

(Russel, 2002. p. 34.)

Essa seria uma boa defesa para as pessoas se dedicarem mais aos seus prazeres e até poderem se sustentar economicamente com eles. Também não estariam cansados da jornada

de trabalho cansativa e exaustiva e com isso poderiam utilizar mais de qualidade de vida, valorizando mais seus empregos e tendo mais dedicação e apreço pelo que fizessem.

Vale ressaltar aqui então que Macunaíma não fugia do que lhe era necessário, mas não fazia esforço para buscar algo que mudasse sua vida para melhor. Na visão de uma sociedade aparentemente normal, o personagem era visto então como um vagabundo, pois não se preocupava em crescer financeiramente e muito menos trabalhar para se sustentar.

Já na visão de Macunaíma era totalmente o contrário, ele nota que ao chegar ao estado de São Paulo a população era muito alienada, obcecada pelo progresso constante e muito mais que isso, buscando o lucro constante e preocupados com uma evolução externa, sem se atentarem para dentro de si, trabalhando como robôs e máquinas.

O autor pretende nesse momento abordar questões sobre rotina de trabalho, comparando a conduta do personagem principal, com dúvidas, fazendo com que os leitores possam se indagar e talvez se perguntem se realmente nesta situação não acontecem exageros.

Essas situações são fundamentais para correlacionarem esses pontos que abordam áreas trabalhistas, e assim falar um pouco sobre a redução da jornada de trabalho e a produção em grande escala que não se preocupa com os seres humanos, mas sim com a quantidade dos avanços na produção.

Disso percebe-se que é preciso não apenas ócio, mas trabalho. Aqueles que vivem, em situação de desemprego “dispõem de tempo, mas perdem vínculos sociais, são excluídas de direitos, marginalizadas”, faltam-lhe perspectivas. Esse “ócio forçado” provoca um sentimento de culpa e humilhação, e uma autoimagem negativa que imobiliza o indivíduo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa apresentada, é possível compreender que com a apresentação dos dados e argumentos, a Literatura pode ser e é um meio de comunicação muito importante para a sociedade. Isso porque pode abordar qualquer pessoa e semear ideias e conceitos com os quais tratam de uma realidade que por vezes parece ser ilusória.

Com personagens fictícios, lendas, mitos e folclores, pode-se utilizar uma infinidade de textos que podem tratar de questões sociais com um toque de ilusão e realidade. Assim, o Direito que trata de questões problemáticas dentro da rotina da sociedade, pode ser muito incentivado com a metodologia da Literatura e assim facilitar a compreensão e a solução de inquições.

Para tanto, com esta análise é plausível salientar o quanto a obra de Macunaíma descreve pontos importantes da cultura e dos costumes de uma nação que pouco usa dos meios que possui de seu próprio país. É sabido dizer que o autor ao produzi-la buscava exatamente ressaltar a cultura do brasileiro e prevalecer assim sua história mesmo com situações inusitadas e fora dos conceitos.

O personagem principal, Macunaíma, apresenta características bem diferentes da maioria que segue uma rotina um tanto repetitiva para a maioria das nações em específico, as europeias. Dessa maneira, o autor brinca com as atitudes do personagem que age diversas vezes duvidosamente, mas que critica a população por ser interesseira e pessimista.

Percebe-se a importância de Macunaíma para que a sociedade possa se enxergar dentro desse viés com o qual a maioria não nota nada de anormal. O caráter do personagem é diversas vezes ressaltado, pela sua preguiça, esperteza, mentira, falta de ética e até mesmo de empatia com os seus familiares.

O livro é a proposta de trazer essa relação de condutas, características e qualidades de um povo, fazendo com que a cultura brasileira possa ser mais valorizada em diversas formas. Na obra são abordadas situações de regionalismo, linguagem, variedade linguísticas, costumes, crenças, lendas, tradições, éticas, etnias e caráter. Todas elas pouco abordadas no

momento da produção do livro já que a partir do modernismo é que se consegue através de uma literatura leve e solta, apresentar questionamentos especiais que trazem nova reflexão.

Contudo, mesmo com tantos argumentos concretos e positivos que o estudo apresenta, é válido ressaltar que com tantos avanços na Literatura, ainda não se consegue oferecer uma grande importância dentro do Direito, visto que a maioria dos juristas não conseguem utilizar desses meios e evoluírem com o bom uso, com a finalidade de aprenderem mais sobre a história do povo, da sua população e suas culturas, podendo assim em situações questionantes.

Para que isso realmente aconteça, é preciso que as políticas do país, possam trabalhar com um alinhamento e boas propostas com cursos e conceitos que tratem de regionalismo, de lendas, linguagens, etnias e crenças, e assim aconteça uma especialização e aceitação de valores culturais. Somente dessa maneira, a unificação pode acontecer dentro de uma nação.

Sendo assim, este trabalho apresenta uma investigação eficaz no que tange conceitos e definições da Literatura, do Direito, relacionando a obra de Macunaíma com as ideias que o autor buscava naquele período de sua produção, mas relacionando com o que o governo oferecia, propondo a união do movimento modernista, com o movimento antropófago e assim tornando as questões culturais mais rotineiras e abordadas.

A proposta também busca fazer com que através da leitura, os valores, a moral e a ética, sejam enaltecidos e assim que a população possa refletir sobre questões que tratam das características de um povo, de uma população, fazendo com que o caráter nacional possa crescer e ser visto com respeito e dignidade.

Vale ressaltar que a abordagem do personagem em si com seu caráter duvidoso, que enaltece a preguiça, sempre se aproveitamento de tudo, remete nas questões de trabalho, recordando sua frase “Ai! Que preguiça!”, o que ressalta um povo ocioso e que sempre quer se utilizar de maneiras mais fáceis para conseguir o que deseja. Nesta reflexão, é necessário compreender a importância de saber usar do ócio da melhor forma, sem que isso possa prejudicar ninguém e nem muito menos a si mesmo. Tão logo, espera-se que o estudo possa contribuir para uma nova perspectiva, além de facilitar o entendimento da análise da obra, para que a sociedade consiga se encontrar dentro dos padrões que sua cultura oferece e podendo se auto avaliar em suas condutas e ações perante toda a nação brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Mário de. **Macunaíma, o herói sem nenhum caráter**. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

_____. **A lição do amigo. Cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade anotadas pelo destinatário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015b.

ARANTES, Aldinéia Cardoso. **O estatuto do anti-herói: estudo da origem e representação, em análise crítica do sattyricon, de Petrónio e Dom Quixote, de Cervantes**. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Paraná, 2008.

AZEVEDO, F. de. **A cultura brasileira**. 2.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1944.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1.988. 292 p.

BRASIL. **PCNEM. Parâmetros curriculares nacionais para o Ensino Médio: Língua Portuguesa**. Brasília, DF: Secretaria de Educação Básica, Ministério da Educação, 2000.

BOPP, Raul. **Vida e morte da antropofagia**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1977.

CANDIDO, Antonio. **A literatura e a formação do homem. In: Textos de Intervenção**. Seleção, apresentações e notas de Vinicius Dantas. São Paulo: Editora 34, 2002.

_____. **O direito à literatura. In: Vários escritos**. Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro sobre azul, 2004.

_____. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos, 1750- 1880**. Duas Cidades/Ouro sobre azul, ed. 13, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 76.

DIAS, Maria Tereza Fonseca. **Mediação, Cidadania e Emancipação Social: a experiência da implantação do centro de mediação e cidadania da UFOP e outros ensaios**. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

FRANÇA, R. Limongi. **Hermenêutica jurídica**. 9 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

KOZICKI, Katya. Apresentação. In: _____; CHUEIRI, Vera Karam de. (Org.). **Estudos em direito, política e literatura: hermenêutica, justiça e democracia**. Curitiba: Juruá, 2006, p.5-12.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro: História de uma ideologia**. 6. ed. rev.- São Paulo: Editora UNESP, 2002.

LOPEZ, Telê Porto Ancona. **Mário de Andrade: Ramais e Caminho**. São Paulo: Livraria Duas Cores, 1972.

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do direito**. 19. ed. - Rio de Janeiro: Forense, 2002.

MONTORO, André Franco. **Introdução à ciência do direito**. 25. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

LEFFA, Vilson. **O conceito de leitura. In: Perspectivas de leitura: uma abordagem psicolinguística**. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1996.

Perrone-Moisés, L. (2007). **Vira e mexe nacionalismo: paradoxos do nacionalismo literário**. São Paulo, SP: Companhia das Letras.

PERUZZO, Cicilia M. K. **Comunicação e Culturas Populares**. Coleção GTS. São Paulo: Intercom, 1995.

RUSSELL, Bertrand. **O elogio ao ócio**. Trad. Pedro Jorgensen Júnior. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989